

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
 Centro Regional do Porto
 Faculdade de Teologia

HUMANÍSTICA E TEOLOGIA
 Publicação Quadrimestral
 ISSN 0870 — 080X

Edição e propriedade da Faculdade de Teologia
 Rua Diogo Botelho, 1327 (Tel. 680236)
 4100 PORTO
 PORTUGAL

Assinatura Anual

Portugal	. 1000\$00
Estrangeiro	. . US\$18.00

Fascículo avulso

Portugal	. 350\$00
Estrangeiro	US\$ 7 00

1

Director: A. Moreira Azevedo

Conselho da Direcção:

Angelo Alves
 António Maria Bessa Taipa
 Joaquim Monteiro
 Manuel de Pinho Ferreira

1989

Composto e impresso:

Editora Correio do Minho — Braga

Depósito Legal: 18086/87

A sociedade em processo de modernização *

Características, tendências e contradições

Todas as sociedades, nas suas diversas épocas, estão em processo de mudança. Nem todas, porém, se transformam ao mesmo ritmo, nem, nessa transformação, são de igual modo atingidas nos seus diversos domínios. O desenvolvimento, embora assim se defina, não se opera normalmente de forma global e integrada.

Se nos propomos considerar aqui as principais tendências em curso na sociedade portuguesa, que são também as características mais importantes a relevar, fazemo-lo com a preocupação simultânea de individuar as assintonias nos ritmos, as assimetrias nas regiões, a falta de sincronia nos sectores, de onde poderão resultar a acentuação de diferenciações, o agravamento de injustiças, o desrespeito pela equidade e o conflito de valores. Diferenciada como é a sociedade, compreende-se que os antagonismos e os desajustamentos sociais se manifestem e até se agudizem mais, à medida que se operam as mudanças.

Não basta, na verdade, através de um duvidoso e sobretudo perigoso voluntarismo apelar à inovação, à mudança, e a vencer o atraso que nos separa dos outros países europeus. É importante que essa mudança, realizada pelo homem, seja feita no respeito pelo homem e assim concorra para o desenvolvimento de todo o humano. Isso não se consegue se, ao mesmo tempo que se apontam à sociedade objectivos comuns, não se tiver uma visão suficientemente compreensiva do homem e não se atender às lógicas dos diversos sistemas sociais, com as suas lentidões e dinamismos próprios.

* Conferência proferida em Mira, em 5 de Setembro de 1989.

1. Quando se aborda um qualquer processo de mudança social, a tendência será para se fazer incidir a atenção, de forma privilegiada, sobre um dos seguintes dois aspectos: a alteração das condições materiais da existência ou o mundo dos valores. As correntes de inspiração marxista sublinham a importância da «anatomia da sociedade» e o seu carácter detonador dos demais movimentos. A consciência do homem, numa tal perspectiva, tem sido vista como uma função do processo produtivo e da inserção no sistema de relações sociais dele derivado. As correntes de pendor idealista, ao contrário, salientam sobretudo a força das ideias na história. O progresso que as sociedades conheceram, ao longo do tempo, é imputado à razão, à capacidade de ideação, à recusa de aceitar as próprias limitações e à vontade de as superar.

Deixando de lado tais clivagens, imbuídas, uma e outra, de forte ideologização, e aproveitando a parte de verdade que contém, forçoso é conceber a pessoa simultaneamente como materialidade e espiritualidade e, desse modo, atender ao homem concreto, que vive e actua em função de condições materiais que lhe são oferecidas e de valores que a sociedade lhe transmite e ele assimila.

Esta análise das dimensões do homem e das condicionantes da sua existência leva-nos a formular as seguintes questões: Quais são as principais transformações em curso na sociedade portuguesa? Quais são as alterações fundamentais no seu sistema de valores? Por outras palavras: para onde caminha o homem moderno, por que critérios se orienta, que sentido encontra para a sua vida?

2. Quem percorre este bem limitado mas também tão variado território nacional, dá-se, de imediato, conta de que, muita coisa está a mudar ou em vias de mudar. O surto de construção, o rosto alterado das nossas aldeias do interior e a mecanização de muitas das actividades laborais tradicionais são já sinal das transformações por que está a passar o País, nos domínios económico e social. Mas estas transformações são, por certo, o lado aparente de um fenómeno mais profundo, que importa abordar de perto.

Pela acção conjunta de forças internas e externas, a economia portuguesa está a ser alvo de grandes mudanças. O apelo

à modernização que os nossos empresários vinham ouvindo ou mesmo actuando, nas suas mais diversas formas, tem crescido em intensidade desde que se efectivou a integração de Portugal no Mercado Comum Europeu. Este facto criou, desde logo, uma situação nova: a penetração, por parte de grupos de interesse exteriores, na economia portuguesa, corre o risco de provocar a perda de poder económico, social e político em alguns indivíduos e grupos e vem lançar a dúvida ou a incerteza sobre quem no futuro, mais ou menos próximo, poderá desempenhar funções de liderança nessas áreas.

A integração na Comunidade Económica Europeia traz para primeiro plano a capacidade competitiva da nossa economia nesse grande mercado. As principais questões que, em tal sector, se levantam dizem respeito à dimensão e estrutura das empresas, à sua capacidade de modernização tecnológica e à consequente necessidade de especialização profissional dos trabalhadores.

O processo de industrialização em Portugal, a exemplo do que aconteceu nos restantes países da Europa, privilegiou certas regiões do território nacional. Essas são as regiões de melhor acesso às matérias primas utilizadas no sistema produtivo, de maior facilidade de escoamento dos produtos manufacturados, de uma abundância relativa de mão-de-obra e de grande proximidade das fontes de energia. Tais factores, condicionantes do processo de industrialização, são responsáveis pelas assimetrias que, desde início, se foram afirmando e confirmando, fazendo de Lisboa e Porto os grandes pólos de desenvolvimento e opondo o litoral ao interior.

De acordo com essas tendências de base, observa-se, no entanto, uma certa diferenciação em relação à dimensão das empresas. As unidades produtivas de maior volume e com uma estrutura mais complexa estão implantadas à volta de Lisboa, ainda que, como é o caso da siderurgia nacional, a matéria prima utilizada seja extraída em regiões distantes no interior do espaço nacional. Por motivos diversos, a que não são alheias razões de prestígio, o parque industrial desta região foi assumindo características próprias, que se vieram a revelar determinantes na eclosão dos conflitos sociais.

A volta do Porto, onde a iniciativa privada encontrou sempre uma maior expressão, desenvolveram-se sobretudo pequenas

e médias empresas, numa grande densidade de actividades que, pouco a pouco, se adensaram em todo o espaço envolvente. Trata-se de uma região extensa, com um particular dinamismo industrial, onde o desenvolvimento tem sido acelerado, e accentuada a melhoria das condições de vida das populações.

Em outros pontos do território, nomeadamente no litoral, surgiram empreendimentos fabris de dimensões menores que depois foram crescendo. Se o interior se conservou durante longo tempo ligado a uma economia agrícola de subsistência, em tempos recentes tem vindo a assistir a uma relativa industrialização e a um notório desenvolvimento.

As condições em que se operou a industrialização, desde o século XIX, são responsáveis pela criação em Portugal de uma economia dual, com efeitos perversos em diversas esferas da realidade social. São bem conhecidos os fenómenos da emigração, das crises cíclicas das empresas, dotadas em geral de fraca flexibilidade, das ameaças de desemprego, das dificuldades constantes das famílias e os profundos desequilíbrios entre os sectores económicos e entre as regiões. O poder político não tem sabido, não tem querido ou não tem conseguido fazer actuar os mecanismos de correcção destas distorções, de forma a permitir uma integração da economia nacional. Tem-se privilegiado mais o crescimento económico do que o desenvolvimento social. A ênfase dada ao crescimento económico provoca o desequilíbrio e a pauperização relativa.

Esta economia dual, permitindo a existência contemporânea de dois sistemas — um fundado na industrialização, outro ligado a actividades de subsistência — é igualmente responsável por uma sociedade dual. Diferenciam-se os géneros e os estilos de vida, opõem-se as visões do mundo, contrastam-se os universos simbólicos. Este processo é ainda agravado pela distorção da rede urbana. O desenvolvimento das cidades ficou ao sabor de factores contingentes de ordem económica. Nada se fez também para aproximar, em termos de comunicações, as diversas regiões.

A economia moderna, face às facilidades criadas pelas comunicações, tornadas mais rápidas, deixou de estar tão condicionada pelas variáveis geográficas. Os problemas postos tanto a montante como a jusante do processo produtivo são facilmente solucionáveis — embora nem sempre solucionados — e a própria exigência de mão-de-obra qualificada deixou de estar ligada aos

grandes centros urbanos, com o alargamento da rede do ensino superior e universitário. Nas zonas mais recônditas do interior, tornou-se possível dispor de técnicos necessários às novas indústrias.

As próprias indústrias são susceptíveis de uma outra mutabilidade. Porque são menos rígidos os seus factores de localização, tendem a disseminar-se. A transferência de uma para outra zona aparece hoje como relativamente fácil, sem que se ponha em causa a sua rentabilidade. A laboração durante alguns anos torna possível recuperar os custos dos investimentos em instalações que se abandonam ou na criação de novas instalações noutra região onde a produção se revela mais rentável.

Alteram-se profundamente o sistema produtivo e as condições em que se realiza o trabalho humano. Opera-se uma terciarização da economia e assiste-se hoje à sua integração em espaços económicos mais vastos e à sua automação.

As situações, à partida, são, no entanto, diferentes e talvez não se possa dizer que todas as regiões e todos os sectores produtivos apresentem idênticas probabilidades de desenvolvimento face às novas solicitações.

Salientando algumas das suas características fundamentais, aquelas que se mostram mais portadoras de consequências para o futuro próximo, importa sublinhar, antes de mais, a crescente internacionalização da economia. Esta internacionalização conduz a uma maior liberalização, a um reforço do poderio das multinacionais, e a uma perda de capacidade dos governos na definição de políticas económicas autónomas. Estão na base desta liberalização e internacionalização a crise do dólar em 1971 e a crise do petróleo em 1973, sem esquecer, como adiante se mostrará, a aceleração do progresso tecnológico que tira aos países a possibilidade efectiva de planeamento. O liberalismo puro havia preconizado, no início da epopeia industrial, uma separação radical entre a economia e a política. As concepções utilitarista e hedonista da justiça e da ética conduziram a situações deploráveis de exploração e de dominação, a que as revoluções sociais do século passado quiseram pôr cobro. O aparecimento da chamada «questão social», contexto da publicação de importantes encíclicas pontíficas sobre os problemas económicos e sociais, e o clamor da então denunciada «miséria imerecida», levaram os poderes públicos a intervir nesses domínios

e a criar progressivamente economias mistas. Esta tendência foi depois acentuada por acção dos regimes socialistas. Também os países ocidentais passaram a controlar a esfera económica através das planificações e nacionalizações.

Uma tal política económica e social não se deve unicamente a razões pragmáticas ou a mecanismos de mimetismo, face às pressões oriundas das camadas populares que progressivamente haviam tomado consciência da sua dignidade e da sua importância na cena social e política. Ela resulta também da própria evolução da teoria económica, nomeadamente em situações de grave crise. Merece ser destacado aqui o pensamento económico de Keynes, autor que propôs remédios aos Estados, aquando da crise de 1929-33, e que estão na base da construção do chamado Estado-Providência ou Estado social.

Os desenvolvimentos mais recentes das economias nacional e internacional vieram, porém, pôr em causa o Estado-Providência e fazer regressar aos ideais liberais. O actual neo-liberalismo, ao preconizar o Estado mínimo e a reprivatização das unidades produtivas, é a condição indispensável à internacionalização da economia e à libertação, por parte do Estado, de alguns encargos sociais, alguns deles agravados pelo crescente envelhecimento da população.

As doutrinas neo-liberais têm vindo a ganhar enorme peso nas organizações internacionais como a OCDE, o FMI e a própria CEE, instituições que vêm exercendo uma particular pressão sobre as políticas dos diversos países. O Estado Keynesiano entrou em crise e passaram, em consequência, a ser olhadas com desconfiança ou até com reprovação as intervenções no domínio da economia.

O planeamento em Portugal (I Plano de Fomento, 1953-58; II Plano de Fomento, 1959-64; Plano Intercalar de Fomento, 1965-67; III Plano de Fomento, 1968-73; IV Plano de Fomento, 1974-79) foi interrompido em 1974. Embora os planos estejam previstos na Constituição Portuguesa de 1976, deixaram de ter sentido no novo contexto internacional. Além disso, a própria instabilidade governamental tornava inexecutáveis os planos a médio prazo, mesmo que fossem elaborados. Passou-se a privilegiar o plano anual, porque menos desactualizável, como instrumento de definição da política económica.

A falta de planeamento, como racionalização das decisões, a partir da década de setenta, veio trazer acrescidas dificuldades à tomada de decisões por parte dos agentes económicos privados e públicos e romper a comunicação/informação entre o sector público e o privado, de onde resultou uma maior insegurança e uma menor vontade de arriscar e de investir. Encontram-se também aí algumas razões do desacelaramento do crescimento da economia e o aumento dos níveis de desemprego. O ganho de confiança está a traduzir-se presentemente numa subida do crescimento económico.

Uma tal internacionalização da economia foi, desde o início da industrialização, querida e procurada pela burguesia, para resolver os problemas criados pela necessidade de matérias-primas, pela exiguidade dos mercados internos e pelo excedente de mão-de-obra e de capitais. Mas ela adquiriu, nos nossos dias, uma outra premissa e uma outra dimensão, por acção da criação de espaços económicos comuns e pela existência de grandes impérios financeiros, capazes de dominar tanto a produção como os mercados.

Portugal, como País da semi-periferia do sistema económico internacional, tem cada vez mais uma economia dependente se não vier a resolver, rápida e adequadamente, os graves problemas de modernização e de crescimento da produtividade, de forma a tornar a sua economia auto-sustentada e competitiva. Este processo envolve algumas variáveis fundamentais: inovação tecnológica, formação profissional, aumento da produtividade, qualidade dos produtos, competitividade dos preços e desenvolvimento do sector exportador. O futuro está do lado da modernização e do risco. Haverá por certo que reconverter a agricultura — reestruturando-a e adaptando-a à natureza dos solos — e alguns sectores da indústria.

A internacionalização da economia faz com que, por um lado, o governo tenha cada vez menos capacidade de intervir nas grandes decisões económicas e sociais que dizem respeito à sociedade portuguesa, e, por outro, cada vez mais a propriedade e a gestão das empresas portuguesas estejam nas mãos de estrangeiros. Os sistemas políticos nacionais sofrem a influência de factores económicos transnacionais. Não passa despercebido a ninguém a importância das determinações vindas de Bruxelas, vinculantes para as instituições governamentais, do mesmo modo

que não passa despercebida a crescente compra, em Portugal, por parte de estrangeiros, de empresas, de propriedades agrícolas e de boas residências.

Se Portugal não fortalece, de facto, a sua economia corre o risco de promover uma economia dependente. Esta dependência manifesta-se ainda no acesso às novas tecnologias, no abrandamento do crescimento económico e na subida da inflação, por razões internas e internacionais. Este risco é próprio da sua situação de País da semi-periferia. É necessário, por isso, articular e coordenar as políticas, industrial, comercial e de incentivos financeiros, de forma a proteger a economia, antes da entrada plena na CEE.

Por outro lado — e esta é a segunda tendência que aqui queremos salientar — os países que desejam confirmar o seu avanço ou vencer o seu atraso sabem que o futuro depende fundamentalmente das mudanças científicas e tecnológicas. A criação de ciência e de tecnologia constitui, internamente, um factor determinante da modernização da indústria, da agricultura e dos serviços. Além disso, quem dispõe hoje de uma base científica e tecnológica altamente desenvolvida tem assegurada a sua posição de liderança no plano internacional.

São a inovação tecnológica e a promoção dos diversos ramos do saber que oferecem a Portugal a sua grande oportunidade e o seu maior desafio. Serão elas que permitirão, mediante o incremento da produtividade e da competitividade, uma crescente flexibilização da economia e uma acentuada melhoria das condições de vida das populações. Do esforço desenvolvido no campo da ciência e da tecnologia resultará a modernização da sociedade portuguesa, uma diversificação do sistema produtivo e o seu reforço em novas bases. A modernização do País constitui o grande objectivo a atingir e o principal factor responsável pelas mudanças que ocorrerão em Portugal nos próximos anos.

A exemplo do que acontece na economia, observa-se igualmente um processo de transnacionalização da ciência e da tecnologia, com a conseqüente integração da comunidade científica nacional em comunidades mais alargadas. As Universidades têm aqui um papel importante a desempenhar. O movimento de associação, que por toda a parte aparece, potencia esses esforços. Na verdade, a entrada na rede internacional de produção de

conhecimentos e da sua aplicação tecnológica, e a sua permanente actualização em domínios de ponta, fará das Universidades centros de formação de técnicos capazes de apoiarem a modernização dos diversos sectores da economia. Desta forma, o País poderá, não só aumentar substancialmente a produção interna, como ainda lançar novas produções que se revelem, de futuro, importantes e concorrentes no mercado internacional cada vez mais especializado e complementar. Assim também se dissipará a imagem de Portugal como País atrasado.

A produção de conhecimentos e a inovação tecnológica são fulcrais para as sociedades modernas. A sua importância aparece tanto na economia como nos domínios social, político e cultural.

No campo específico da economia, o conhecimento científico e a técnica são fontes de riqueza, transformados que foram em principal factor de produção. Compreende-se, por isso, que cada País procure apropriar-se do maior número desses contingentes, nomeadamente em áreas mais avançadas. São exigências ditadas pela necessidade de automação, numa sociedade da robótica, da informática e da telemática.

No domínio político, com a tendência para a tecnocracia, a posse do conhecimento científico tem vindo a transformar-se em poder. A «guerra das estrelas», na competição americano-soviética, é bem prova disso, ao seu mais alto nível. A essas tentativas de avanço científico-tecnológico, responde a Europa com os programas Eureka, Esprit, etc. em que Portugal pretende também integrar-se. Tanto nos Estados como no âmbito das organizações complexas, quem detém o saber, controla e, por isso, exerce o poder. Daí resulta o interesse dos governos e das empresas em quererem desenvolver grandes centros de investigação que, depois, lhes possam ser úteis. Também não é por acaso que o próprio discurso político aparece frequentemente recheado de saberes que conferem ao poder o prestígio de que gozam esses saberes e um adicional de legitimação pela sedução que provocam.

No domínio social, a importância da ciência e da tecnologia tem vindo a transferir para este domínio o centro dos novos conflitos. Os estudos realizados sobre os movimentos sociais mostram-nos que o trabalho industrial, que originou, no século passado e início do século XX, as mais fortes reivindicações e movimentações de operários, progressivamente está em

vias de perder a sua centralidade. O espaço dos novos conflitos sociais tende a ser cada vez mais aquele onde se elabora o saber, se constrói a sociedade e se programa o futuro. Prava-o, por exemplo, a relevância crescente dada hoje aos conflitos universitários, aos movimentos ecológicos e as reivindicações de descentralização face aos aparelhos estatais burocráticos e tecnocráticos.

Do ponto de vista cultural, as mudanças são também profundas. Não é já o pensamento teológico, nem sequer a cultura humanística que prevalecem e enformam as sociedades actuais. Por toda a parte se respira tecnologia. A nível universitário, há a prevalência das chamadas ciências «duras» sobre as designadas ciências «moles». Aquelas asseguram um melhor posicionamento no mercado de trabalho. Uma estreita convivência parece estabelecer-se, neste particular, entre a Universidade e o sistema produtivo. Face às solicitações do meio, a própria Universidade corre o risco de se instrumentalizar a favor da técnica e da produção. Desde então, passa a ser sua função principal a preparação de especialistas, esquecendo a exigência simultânea de formação do homem. Numa sociedade da eficácia e do consumo, as instituições encarregadas de elaborar e de transmitir os saberes são profundamente atingidas.

Opera-se assim a desvalorização de certos saberes em proveito de outros. Se as humanidades correm o risco de serem reduzidas a meros complementos dos conhecimentos técnicos, estes dotados de grande prestígio pela capacidade produtiva de que se revestem, a teologia, essa pode ser atirada para o campo das sobrevivências mentais do passado, na medida em que a religião, com a valorização histórica das aspirações humanas, não resistir a ceder o lugar, nas sociedades modernas, às utopias e às ideologias. Se se exige hoje às humanidades um esforço para conservarem uma presença no domínio da tecnologia, maior esforço se virá a pedir à teologia.

Esta importância crescente da ciência e da tecnologia pode ser comprovada, aliás, pelas políticas de investigação e pelo próprio enquadramento do quotidiano da vida das pessoas.

No que se refere ao apoio à investigação, recorde-se, por exemplo, o grande impacto que terá, entre nós, o programa

«Ciência»¹. Este programa, sem esquecer, mas subalternizando as ciências sociais e humanas, vai proporcionar, a exemplo do que acontece nas sociedades mais avançadas, consideráveis e perfeitamente previsíveis progressos em determinados domínios do conhecimento.

O programa «Ciência» pretende lançar as bases do desenvolvimento científico e tecnológico em Portugal nas próximas décadas, com o intuito de recuperar o atraso em relação aos outros Países da Comunidade Económica Europeia, e de corrigir as assimetrias regionais actualmente existentes. Articula-se com a gestão de outros programas, como o PEDIP (Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa) e o PEDAP (Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa). O objectivo principal do programa «Ciência» consiste em reforçar o potencial científico e tecnológico do País, fortalecendo a capacidade nacional em áreas das ciências básicas, como ciências agrárias, ciências do mar, ciências da saúde, promovendo a mudança tecnológica (com principal incidência nas tecnologias da informação e comunicação, na biotecnologia, em novos materiais e energias) e apoiando o desenvolvimento das ciências sociais e humanas, embora colocando estas em situação secundária. Este programa vai privilegiar as Universidades (incentivando os projectos voltados para o desenvolvimento), os laboratórios do Estado, a capacidade tecnológica do sector empresarial e proporcionará o desenvolvimento de pólos de competência nacional e internacional.

No âmbito e em ligação com o FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), dirige-se à criação e/ou ampliação de infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia; no âmbito e em ligação com o FSE (Fundo Social Europeu), pretende a formação de recursos humanos e o apoio à contratação de investigadores estrangeiros.

Privilegiando a oceanografia e as ciências da natureza, o Programa «Ciência» proporcionará a criação de grandes centros, de importantes laboratórios, nessas áreas. Portugal poderá vir assim a competir no mercado internacional de ciência e de

¹ Confira-se o «Programa Ciência», sobre a Criação de Infra-Estruturas Nacionais de Ciência, Investigação e Desenvolvimento.

tecnologia ou, se o não conseguir, passará a ser meramente colonizado em tais sectores.

Mas o esforço não fica por aí. Recentemente o Conselho de Ministros aprovou um outro plano, igualmente financiado por fundos comunitários, para a criação de grandes centros onde se possa desenvolver a ciência e a tecnologia. São notáveis, de facto, os estímulos que estão a ser dados a estes domínios no nosso País. Seria importante que as ciências sociais e humanas acompanhassem esse mesmo ritmo de desenvolvimento para que a cultura dominante não seja a imputada de uma das suas dimensões essenciais.

Este empenhamento e investimento na área da ciência e da tecnológica, que constitui actualmente uma das grandes tarefas para Portugal traduz igualmente o nosso grande atraso em relação à Europa. Se não existir um tal esforço nacional, crescerá o fosso que nos separa dos outros países. Mas a nossa situação de partida é preocupante, dado o baixo nível de recursos financeiros e humanos consagrados à investigação, a insuficiência e a pobreza das infra-estruturas necessárias, como laboratórios e bibliotecas, a falta de uma política conducente à conjugação de esforços, a sua excessiva concentração em algumas regiões, uma pequena participação das empresas e um reduzido esforço, por razões financeiras, na formação de pessoal especializado nas diversas áreas. Há correcções a introduzir na gestão do financiamento e dos recursos humanos, na concepção nacional e internacional, na articulação das Universidades e das empresas, privilegiando-se a formação de novos recursos humanos, a qualidade científica e tecnológica e os projectos que envolvem uma maior ligação com o sector económico.

Para além do incremento das ciências sociais e humanas, que está a ser feito, entre outras instituições, pelas nossas Universidades, importa não esquecer ainda o desenvolvimento da teologia e da ética. Numa sociedade secularizada, em que Deus se vai retirando da vida dos homens, a teologia corre o risco de se tornar discurso sem objecto e de não envolver a actividade humana. O homem cada vez menos encontra Deus pelos caminhos do mundo. Em face da revolução cultural em curso nas sociedades ocidentais, há que elaborar uma teologia que assuma as novas capacidades de conhecer e de sentir do homem, que seja uma interpelação e um apelo a um autêntico humanismo e uma

superação para as crescentes limitações que o homem vai descobrindo no seu caminho de progresso. Nunca o Evangelho foi tão actual, mas talvez nunca a teologia foi tão desactualizada. O homem de hoje não tem a teologia que merece. A atenção dada pelos poderes políticos à ciência e à tecnologia gera, de forma dialéctica, um interesse crescente por tudo aquilo que escapa aos modelos racionais e faz despertar uma procura dos escritos de metafísica, de teodiceia, de espiritualidade, e de teologia. Esta é a outra face da realidade. Também no Ocidente, nomeadamente nos Estados Unidos da América, se assiste hoje ao surgimento de movimentos fundamentalistas religiosos, com características conservadoras. Trata-se de reacções ao ritmo de mudança, mas também ao não-sentido do sentido que a razão quer impor. Observam-se, aliás, no plano cultural, as tendências mais contraditórias, com a produção de obras que põem a muitos à prova a capacidade de tolerância. Uma teologia renovada deverá promover igualmente um autêntico ecumenismo humano, isto é, a aproximação dos homens para além das suas experiências e das suas ideologias.

A revolução cultural em curso exige ainda uma renovação da ética. O individualismo, o utilitarismo e a eficácia dominam a mentalidade geral nas sociedades modernas e a sua mundividência. O individualismo, fenómeno em desenvolvimento na actualidade, aparece hoje, nas sociedades de massa, como o mais poderoso corrosivo dos ligames sociais, das solidariedades e do espírito e do sentido comunitários. Ele traduz a corrente de negação do social e, conseqüentemente, do homem como ser social. O utilitarismo, doutrina do liberalismo nos séculos XVIII e XIX, continua a oferecer o princípio às relações de justiça na convivência humana. É ele que inspira a lei do mais forte. Por sua vez, a eficácia, em antinomia à justiça, constitui o principal critério que rege as acções do poder político, das organizações e dos indivíduos. O individualismo, o utilitarismo e a procura de eficácia aparecem particularmente enraizados na juventude. Estes princípios determinam as condutas de isolamento, de apropriação exclusiva de todos os recursos que permitam vencer e fazem surgir a convicção de que tudo é lícito desde que se obtenha o maior êxito. O mundo aparece como um grande teatro, não de desempenhos complementares, mas de lutas e de conflitos. A vontade de vencer a todo o custo é ainda reforçada pelo clima

de permissividade reinante. Tenha-se presente a alteração sobretudo entre a juventude, dos padrões de comportamento em relação às concepções de vida e às actividades humanas. A juventude vive, em número considerável, sem ideal e sem esperança, entregue muitas vezes a condutas desviantes como a droga, alienada em discotecas e clubes de vídeo ou empurrada para saídas sem solução como o suicídio.

Estas são consequências directas da materialização da existência, resultantes, como efeito perverso, da racionalização própria da ciência e da técnica. Tal acção materializante é ainda conseguida pelo ambiente técnico que progressivamente vai rodeando a vida das pessoas. Quer no trabalho quer em ambiente familiar o homem perde o contacto directo com a própria realidade. Esta é mediatizada progressivamente por sistemas computadorizados. O homem deixa de viver num mundo natural para viver num mundo técnico e isso altera a sua forma de ser e de estar na existência.

Não pretendemos traçar aqui um quadro utópico de um mundo que está em vias de se constituir. Consideramos apenas alguns fenómenos emergentes mais desenvolvidos numas do que noutras sociedades e diferentemente salientes nas diferentes regiões do nosso País, com importância maior, por certo, nas áreas urbanas ou urbanizadas.

Também não pretendemos esquecer os movimentos opostos que se estão a desenvolver em vários Países. Nos Estados Unidos, no Japão e até mesmo entre nós, está já a assistir-se a uma procura preferencial de especialistas das ciências sociais e humanas para funções de gestão que requerem fácil compreensão dos fenómenos, flexibilidade mental e rápida adaptação. Uma lei dialéctica rege, de facto, a história.

3. Uma mudança de enorme importância está também em vias de se introduzir no mundo do trabalho.

As sociedades tradicionais desconhecem a descontinuidade entre o trabalho e o não-trabalho. Foi a revolução industrial que introduziu o conceito de trabalho, que hoje conhecemos, e criou a oposição, que se tem vindo a acentuar, entre actividade laboral e de lazer². Outrora, a actividade humana realizava-se

² ANDRÉ GORZ, *Métamorphoses du Travail. Quête du Sens*, Paris, Galilée, 1988.

num tempo relativamente homogéneo, condicionada pelo ritmo cíclico das estações, que apenas se limitava a impor uma sequência de épocas fortes e de épocas fracas de trabalho. Além disso, o trabalhador, tanto no domínio rural como no manufactureiro, mantinha um contacto directo com a realidade e produzia os objectos na sua totalidade. Com o advento da máquina, apareceu a especialização e retirou-se ao homem o controlo sobre todas as fases da produção. A subdivisão servia não só intuitos de produtividade como ainda desígnios de dominação.

O avanço da ciência e da tecnologia e a sua crescente transnacionalização produzem, antes de mais, uma exigência de qualificação e de especialização, e a necessidade da criação urgente de quadros médios e superiores. Esta nova especialização implica uma verdadeira revolução cultural, impondo a assimilação de outras utilidades cognitivas. Com o avanço da ciência e da tecnologia, prevê-se, de facto, a substituição do trabalho humano pela robótica e pela telemática, reduzindo o homem a um controlador da actividade. O que se procura hoje em dia na economia é sobretudo a produtividade do trabalho científico, de concepção e de criação, e a produtividade do capital, com a conseqüente automação da produção. Por outro lado, a mudança técnica proporciona um aumento considerável de produtividade, com a economia de capital e da duração de trabalho. Assiste-se, nas sociedades modernas, a uma crescente racionalização da economia e ao aumento do tempo libertado, à escala da sociedade global. Esta mudança no sistema produtivo levanta problemas novos em relação ao próprio sentido do trabalho e do tempo libertado e, cada vez mais, num contexto de solidariedade humana.

Se a sociedade industrial produziu a actual significação do trabalho, introduziu também o conceito de lazer que lhe é correlativo, em obediência à mesma lógica mas com uma racionalidade inversa. Se o trabalho participa da racionalidade da actividade económica, o tempo livre possui a racionalidade do consumo.

A automação conduzirá progressivamente à redução do trabalhador à função de técnico especializado e à diminuição dos efectivos laborais. O potencial de libertação de trabalho, por parte do sistema produtivo, em vias de constituição, dará origem

a um desemprego generalizado, que não será mais entendido como sinal de crise.

Tanto nas sociedades tradicionais como na sociedade industrial, o trabalho ocupa um lugar central na acção do homem, ainda que se tenham operado profundas alterações, com a passagem de um para outro tipo de sociedade. Ele vai-se convertendo, pouco a pouco, em simples meio de ganhar dinheiro, aparecendo então o êxito profissional como a via de acesso ao conforto e à afirmação social. A perda de liberdade no trabalho é compensada pelo ganho de satisfação no consumo da vida privada. Transformando-se o salário em fim da actividade laboral, retira-se ao trabalho a sua significação, reduzido que é à sua concepção instrumental. O dinheiro torna-se aqui, e depois por extensão em todas as dimensões da vida, a medida de valor.

Se a industrialização rompeu a unidade do trabalho e da vida, através da funcionalização e tecnicização daquele, a automação leva essa ruptura até às últimas consequências de especialização e acrescenta-lhe uma nova dimensão: o trabalho técnico de uma minoria passa a coexistir com o desemprego de uma grande maioria.

A sociedade é, desde então, confrontada com diversas opções. Ou se terá de diminuir substancialmente a duração do trabalho para que todos possam, através da actividade laboral, ganhar a sua vida; ou se encontram formas alternativas que facultem aos indivíduos os meios financeiros indispensáveis a uma existência digna.

Se por exigência da racionalização do sistema produtivo imposta pela automação se viesse a optar pela segunda via, isso levantaria à sociedade problemas de difícil solução.

O trabalho não pode ser considerado, antes de mais, unicamente como um factor de produção, mediatizado como é cada vez mais pela técnica, que reduz a actividade do homem a uma mera função de vigilância. O trabalho é ainda e sobretudo uma forma de realização humana, enquanto fonte de identidade pessoal e expressão de solidariedade social. O desemprego generalizado viria assim em consequência, tirar ao homem, em sua medida, o sentido da sua dignidade e o papel que lhe compete desempenhar na vida associada. É importante que todos exerçam uma actividade profissional e que, nesse exercício, ponham a

sua responsabilidade e capacidade criadora. Esta é indubitavelmente uma necessidade premente para o Portugal de hoje.

Por outro lado ainda, poder-se-ia assistir ao aparecimento de um novo tipo de classe servil. As massas expulsas da actividade económica tenderiam a ser empregues em actividades secundárias e domésticas pelos técnicos altamente remunerados. Desde então surgiriam novos tipos de diferenciação social com consequências previsíveis sobre o equilíbrio do tecido social e para a própria formação das classes sociais.

Qualquer que seja a opção que venha a ser tomada ou qualquer que venha a ser o curso seguido pela história, o tempo libertado sob a forma de lazer exigirá da sociedade uma particular capacidade para o gerir e o empregar. Este constitui um outro movimento das sociedades modernas que conduz a atribuir uma importância crescente ao domínio da cultura. A verificar-se esta tendência, a sociedade de amanhã, a exemplo do que acontece já hoje com a juventude que não entra para o ensino superior e tem dificuldade em encontrar o primeiro emprego, debater-se-á com um grande problema, a ocupação do tempo livre, de forma criadora, problema que virá a exigir das diversas instituições um empenhamento especial, devendo constituir para elas desde já a sua grande preocupação.

Importa converter o tempo libertado em tempo do livre desenvolvimento pessoal e não apenas do repouso e da recuperação psico-fisiológica. A redução do trabalho não constitui, de forma necessária e por si só, a condição de uma libertação para todos.

O tempo libertado nas sociedades industriais avançadas, ao tirar a possibilidade do trabalho e ao privar o homem de uma importante fonte de dignidade, de solidariedade e de estima social, cria situações de marginalidade de onde resultam formas de evasão associadas.

É evidente que o trabalho não é tudo na vida, não conferindo ao homem, de modo exclusivo, a possibilidade de total realização. A dignidade do trabalho é essencialmente a dignidade do homem. O que urge promover é esta dignidade do homem tanto no trabalho como no lazer.

Os indivíduos tendem a procurar hoje em dia fora do trabalho a sua própria identidade e as modalidades de pertença social. São essas outras formas de actividade dotadas de sentido

que lhes oferecem novas oportunidades de desenvolvimento pessoal. O trabalho passa a ser, então, uma de entre as suas várias actividades e o tempo livre a ocasião que o homem tem de se definir por outras referências, incompatíveis com a racionalidade económica. A tendência actual vai no sentido de converter o trabalho em fim económico, por isso em mero meio, e o lazer em tempo essencial e razão de viver.

Na actual revolução cultural, produzida pelo avanço acelerado da ciência e da técnica, o objectivo essencial não deve consistir, por isso, na reabilitação da ética do trabalho, nos termos em que esta foi entendida pela sociedade industrial, mas antes na busca do sentido para o campo alargado das actividades humanas, tanto laborais como não laborais.

A ética do trabalho surge com a revolução industrial, ao mesmo tempo que a sociedade do trabalho monetarizado, isto é, como fim económico. É neste contexto que o direito que a ele se tem aparece associado ao direito de cidadania. Actualmente, trabalhar mais está em vias de deixar de ser a condição tanto para se produzir mais como para se viver melhor. Torna-se antes necessário trabalhar menos, diminuindo a sua duração, e melhor, para poderem trabalhar todos. Este é um fenómeno emergente e um sentido possível do desenvolvimento actual do trabalho. Na situação concreta do nosso País, importa, no entanto, incrementar sobretudo o investimento e eliminar o desemprego. O trabalho continua ainda, e continuará durante longo tempo, a ser exigência fundamental.

Acrescente-se que o homem moderno, detentor dos mais diversos saberes, não encontra neles quer o fundamento quer os critérios para dar um sentido ao mundo. Os conhecimentos especializados aparecem cada vez mais segmentados e parcelares, incapazes, como saber-fazer técnico desligado da cultura humanista, de orientar os rumos da existência. A unidimensionalidade, a que se vai reduzindo esta existência, impede que ele viva em plenitude cada uma das suas actividades e que unifique toda a sua experiência vivida. Neste contexto, a divisão das tarefas e das acções implica e traduz uma fragmentação profunda, até porque as culturas do trabalho e do quotidiano estão longe de coincidirem.

Se isso é verdade ou na medida em que isso vai sendo sempre mais verdade, há que revitalizar ou criar novas fontes

de significação para a existência humana, nas suas diversas expressões e actividades. Este é um dos grandes desafios postos às sociedades modernas.

4. A análise das mudanças que estão em curso de desenvolvimento no domínio do trabalho no mundo ocidental, e também em Portugal, oferece-nos alguns indicadores para o conhecimento também do tipo de sociedade que está em vias de formação.

Toda a sociedade, em qualquer momento histórico, vive da dialéctica do já não é e do ainda não é. Vivemos na actualidade numa sociedade que já não é do passado e ainda não é do futuro. Está sendo, isto, em processo de mudança. Daí resultam conflitos e contradições e a necessidade de uma constante adaptação à mudança. E nesta dialéctica que se apreendem as verdadeiras características da sociedade portuguesa.

Esta mudança atinge a própria estrutura social. Estudos realizados em diversos países referem uma certa desintegração das classes sociais. Nas sociedades democráticas, verifica-se um desenvolvimento das classes médias. Este fenómeno leva alguns sociólogos norte-americanos e europeus a falar do desaparecimento das classes sociais.

Mas o estudo, por outro lado, da mobilidade social revela-nos que nela coexistem dois movimentos, um real e outro aparente. Parece existir uma aparência de mobilidade social, mas, na realidade, a sociedade tende a reproduzir-se nas suas diferenciações, consolidando-se o sistema de classes. Tudo se passa como se assistisse à tomada de um comboio em movimento. Todos se movem, mas conservam-se as mesmas distâncias relativas e idênticos ritmos.

A importância crescente das classes médias, ao lado de uma mobilidade social aparente, confere às sociedades modernas uma certa instabilidade estrutural. Sem nos envolvermos na análise dos critérios de diferenciação, podemos afirmar que os níveis de posse destas classes dependem fundamentalmente dos rendimentos do trabalho. A situação de classe está ligada, então, às políticas conjunturais do governo, nos domínios fiscal e salarial. Tem-se assistido, após o 25 de Abril, a tendências de retraimento e de desenvolvimento das classes médias.

Do ponto de vista social, encontramos ainda, na sociedade portuguesa, assim como nas sociedades ocidentais, dois movimentos contraditórios, um de massificação e outro de aumento das modalidades de sociabilidade e de associação.

O individualismo criado pelas sociedades industriais complexas, quando levado às suas expressões mais extremas, produz a ruptura dos ligames sociais, a atomização e a massificação. Ora a massificação torna as sociedades informes e amorfas, destituídas de significação, de liberdade e de criatividade.

Mas verifica-se, por outro lado, uma renovação do interesse pelas actividades associativas desinteressadas. A fuga aos sistemas tutelares e centralizadores leva à busca de modos alternativos de integração social. O desinteresse manifestado em relação à política, aos partidos, aos sindicatos e a outras organizações complexas, é acompanhado de uma procura e empenhamento em outras actividades, associativas, caritativas, culturais e religiosas. Tal é o processo dialéctico que perpassa e anima as sociedades modernas, de individuação e de massificação. Com a mudança ocorrida nos valores e nas práticas sociais, nota-se uma procura de novas identidades que envolvem os mais diversos actores sociais. Importa saber descobrir o que está sempre em vias de aparecer.

Este fenómeno complexo e dialéctico, que se desenvolve de forma irregular no interior da sociedade global, permite compreender fenómenos díspares em regiões diversas. A participação em associações culturais, associativas ou religiosas, é tributária deste mesmo facto, do mesmo modo que a própria prática religiosa. Num lado, pode haver pessoas disponíveis e assíduas, num outro poderão rarear. A explicação dos fenómenos sociais é indissociável da estrutura e da dinâmica própria das sociedades em que ocorrem.

5. Como característica geral, poderá dizer-se ainda que o tónus e a vitalidade do corpo social são uma função, cada vez maior, da extensão da intervenção que o Estado deseja reservar para si.

Variam de sociedade para sociedade as formas como são concebidas e praticadas as liberdades democráticas, tanto por parte dos poderes constituídos como por parte das populações. A tendência histórica vai no sentido de uma concentração do apa-

relho de Estado e de uma limitação da esfera privada dos indivíduos. Assim, sob uma aparência de crescente democraticidade da vida pública, opera-se uma restrição das liberdades.

Não existe, com efeito, democracia sem a garantia dos direitos fundamentais do homem. Se hoje em dia são apregoadas as liberdades políticas, não são realizadas as liberdades individuais reais. Ao mesmo tempo que se alargam e consolidam as liberdades públicas, há que afirmar as liberdades civis e sociais, de contrário a democracia real não terá possibilidade de se realizar. Não há liberdade se o homem não pode dispor de si e das suas capacidades. Ela não consiste, como pretende o liberalismo, essencialmente em ter, mas em ser, na suficiência de bens. Sem esta condição, o apelo poderá soar a insulto.

A consolidação da democracia em Portugal está dependente da realização harmoniosa dessas diversas liberdades. As bolsas de pobreza e de subdesenvolvimento espalhadas pelo território nacional são uma permanente denúncia de esperanças traídas e de direitos inalienáveis não satisfeitos.

Ora quando os direitos sociais não são realizados, o próprio Estado democrático corre o risco de sucumbir. A sobrevivência da democracia exige uma satisfação mínima dos níveis de aspiração. Quando o Estado se propõe à igualização das condições de vida e à satisfação de necessidades materiais, suscita necessariamente um estado de mal-estar entre todos. O igualitarismo no discurso político revela-se em oposição à igualdade real postulada pela democracia.

Ao ideal da democracia associa-se, além disso, actualmente uma vontade política neo-liberal já referida, que ameaça acentuar, em nome da liberdade e dos direitos sociais, as desigualdades económicas, sociais e culturais. A implementação de um projecto neo-liberal, numa sociedade atravessada por diferenças e graves conflitos, conduzirá à denegação da ideia de solidariedade, a única capaz de animar um autêntico processo de desenvolvimento global e integrado do País. Talvez o carácter mais trágico da existência humana consista em que o homem, nascido livre, está permanentemente condenado à liberdade. Afirma Santo Agostinho, no seu livro *De Civitate Dei*: *Initium ut esset homo creatus est. Mas esta condenação à liberdade resultante da abertura ao infinito e ao que é novo, produz insa-*

tisfação, decepção, revolta, face às limitações de toda a ordem que o homem encontra no caminho da vida.

Se o homem não fosse *sempre* um princípio, as sociedades não conheceriam por certo a generosidade, a gratuidade e o arrojo dos projectos. A juventude reveste-se, por isso, de um sentido trans-histórico. A história avança com a experiência das idades maduras e com o sonho dos jovens. Estes, formados *na* e *para* a Justiça e a Verdade, devem ter espaço para sonhar, numa sociedade que se apresenta cada vez mais programada e estandardizada.

A democracia, único regime político compatível com a exigência de liberdade humana, ao pretender igualizar os homens, desperta neles uma crescente insatisfação, porque, à partida, eles são diferentes. Encontrando eles no seu horizonte os mesmos objectivos, não dispõem de idênticos meios. Por outro lado, ao acentuar a concentração do aparelho de Estado, agrava a antinomia do poder e da liberdade e, ao apelar para o seu carácter formal, assente sobre o princípio das maiorias, afirma e reforça o individualismo, em detrimento dos grupos e, em consequência, os interesses particulares. Nessa medida, ela não é criadora de social. A democracia, partindo do postulado de que o homem está destinado à liberdade, consagra, no entanto, as desigualdades.

Sem o princípio da igualdade, não será possível considerar o homem como ser livre. Mas sem a afirmação de liberdade difícil se torna também promover, em medida suficiente, a igualdade. Os dois fenómenos implicam-se mutuamente. Através da liberdade, como modalidade da vida política, o homem realiza a liberdade interior. A liberdade cria assim o quadro da existência humana.

Um dos problemas fundamentais que se põem actualmente à sociedade portuguesa, do ponto de vista político, é o da formação cívica e moral para se viver em liberdade e em democracia. Os partidos políticos são as agências de criação de ideologia e de socialização política dos indivíduos. Mas defensores que são de interesses e limitados que são nas suas visões do mundo, atravessados ainda por conflitos, não são sempre verdadeiras escolas de aprendizagem da liberdade e da democracia. O seu discurso é o da ideologia e não o da verdade. O objectivo que propõem é o particularismo e o seguidismo, não a busca

desinteressada, a libertação e a solidariedade sem fronteiras. Não podem satisfazer, por isso, aqueles que desejam afirmar a sua autonomia pessoal no exercício das liberdades públicas e dos direitos sociais. Por causa das contradições próprias da sociedade portuguesa, contradições que penetram os próprios partidos, a política tem sido reduzida, em grande medida, a mero espectáculo.

A liberdade e a democracia jamais serão realidades consolidadas na sociedade se nomeadamente a juventude não for formada para a Verdade e para a Justiça. Tudo na vida poderá ser, de facto, objecto de tolerância, excepto a Verdade nos sistemas de pensamento e a Justiça nos sistemas de relação social. Apenas neste horizonte se encontra o sentido para uma vida plena. São estas virtudes que fazem despertar o desejo de autenticidade e de solidariedade, que cria, ao mesmo tempo, a abertura aos ideais mais elevados.

Deparamos, aliás, nas diversas sociedades ocidentais com uma generalizada crise de valores e de normas éticas⁸. A cultura perdeu a sua unidade. Com o desaparecimento dos elementos integradores, transformou-se num mosaico em que os diversos corpos se justapõem. O relativismo moral e a crescente permissividade tiram às consciências a orientação de que necessitam. Esta crise dos valores e das normas éticas, crise da cultura a que, por vezes, se chama também revolução cultural, produz os seus efeitos nos diversos domínios da realidade social e nas mais diferentes expressões da vida humana.

A actividade política torna-se um campo de incessantes afrontamentos em que participam grupos e partidos, divididos por ideologias opostas. A vida pública é marcada pela ausência de referência a uma lei moral superior ao homem e vinculante em relação à sua consciência. Dominada pela demagogia, tende a separar-se antagonicamente a política da moral e, desse modo, aquela invade pouco a pouco a vida privada dos indivíduos. Os homens não têm dificuldade em suportar o poder e a autoridade, mas não aceitam a mentira ideológica.

O mais grave ainda é que as considerações de natureza axiológica pouco ou nenhuma importância passam a ter nas

⁸ JEAN STOETZEL, *Les Valeurs du Temps Présent: Une Enquête Européenne*, Paris, PUF, 1983.

actividades sociais. É este o clima que se vai constituindo no mundo económico, social, político e cultural. Não pretendemos veicular, através desta análise, uma concepção pessimista da sociedade, mas apenas sublinhar alguns traços e tendências que aparecem em alguns lados emergentes e noutros em pleno desenvolvimento. Há certamente espíritos que recusam respirar esta atmosfera viciada. Eles constituirão a força necessária à renovação necessária.

As sociedades modernas massificadas, do consumo e da equivalência, necessitam de uma revitalização dos valores espirituais. Neles se deve fundamentar a política, sem fazer perder a esta a sua especificidade e autonomia. São igualmente os valores espirituais que devem oferecer ao homem um sentido para o trabalho, uma unidade para a cultura e uma esperança para a vida. A vontade de ter, à margem de qualquer preocupação de ser, distancia os homens, em vez de os aproximar, e produz profundas rupturas no tecido social.

A democracia proporciona aos homens, mediante as liberdades que se diz assegurar, a espontaneidade na acção e a possibilidade de sempre novas escolhas. Porque oferece espaços de liberdade, mas não garante a realização das crescentes aspirações, ela pode dar origem ainda a uma generalizada insatisfação. Essa insatisfação contribui também para tornar ingovernáveis as modernas democracias.

Não consideramos questões importantes referentes ao actual processo de redistribuição do poder político no interior da sociedade (com a crescente relevância principalmente das autarquias e dos conselhos de concertação social) e de tecnicização da política.

6. Torna-se difícil falar das características da sociedade portuguesa, e tanto mais difícil quanto menos ela aparece integrada ou quanto mais é atravessada por clivagens económicas, sociais, culturais e políticas. Essas características assumem todo o seu relevo se se atende à profundidade e ao alcance do processo em curso de desenvolvimento.

A diversidade das situações faz com que se possa afirmar que se opera nuns lados, a passagem da sociedade tradicional à sociedade industrial, e noutros, a passagem da sociedade indus-

trial à sociedade pós-industrial. Esta é a consequência da situação dual da economia e da sociedade em Portugal.

Em regiões do interior e em zonas mais ou menos periféricas está em curso um processo de industrialização. Verifica-se por toda a parte um surto de pequenas e médias indústrias. Esta transformação é causa e efeito de uma profunda mudança de mentalidades, de condutas e de actividades. É o resultado também da política governamental desejosa de aplicar as determinações comunitárias. O governo está a conceder facilidades aos empresários que queiram estabelecer pequenas e médias empresas em regiões isoladas do interior.

Simultaneamente constroem-se vias rápidas que quebram o isolamento e aproximam as regiões. Todas estas transformações terão as suas consequências nas novas modalidades de emprego e na qualidade de vida, ao mesmo tempo que poderão servir mais a fuga dos recursos humanos e materiais do que o seu crescimento.

Esta mudança atinge a própria agricultura. De acordo com a política definida no âmbito do Programa PEDAP, pretende-se a reconversão e a modernização do sistema produtivo, a racional ocupação dos solos com a melhoria da estrutura fundiária, a criação de infra-estruturas de base, o empenhamento de jovens empresários agrícolas, a melhoria da qualidade das sementes e dos produtos, a reorganização dos circuitos de comercialização, o desenvolvimento da experimentação e do ensino neste sector. O objectivo fundamental consiste na inserção da agricultura no processo de desenvolvimento regional. Esta mudança exige um aumento de capacidade produtiva e, por isso, uma melhor formação profissional. A reestruturação da agricultura produzirá uma rarefação da população dos meios rurais, com a diminuição da percentagem de activos no sector primário. A sociedade portuguesa deixa de ser rural e tendem a ser abandonadas igualmente as actividades artesanais.

É, de facto, todo o Portugal rural que desperta da letargia secular, melhora as condições de vida e redefine o universo simbólico em que se movimenta. Mas o desenvolvimento é sempre uma aventura ambígua e ambivalente.

Noutras regiões, industrializadas e urbanizadas, desponta a passagem da sociedade industrial à sociedade pós-industrial. Os problemas que se levantam aqui são diferentes e mais com-

plexos. Nesta passagem se consubstancia a vontade de modernizar a indústria existente. Com a automação, aumenta a exigência do saber, dá-se uma reconversão profissional, com a terciarização da população activa, massifica-se a sociedade e secularizam-se as instituições e a cultura.

A epopeia da industrialização é capaz de empenhar o homem, de lhe oferecer razões e sentido para o trabalho. A qualidade de vida que se busca e a libertação de antigas opressões, fazem despertar a sensação de se estar a participar na criação de um mundo novo. A sociedade pós-industrial ao contrário, pela programação que introduz na sociedade, essa apouca os espaços de autêntica criatividade, limita as liberdades individuais e estabelece as condições da massificação. O aumento de produtividade deixa ao homem uma crescente quantidade de tempo livre, cuja gestão se torna cada vez mais difícil.

O desenvolvimento da estrutura industrial portuguesa levanta, portanto, problemas qualitativamente diversos. Enquanto nas regiões do litoral, com grande concentração industrial, se trata do redimensionamento da estrutura empresarial e da introdução de tecnologias avançadas, nas zonas do interior depara-se com uma situação de arranque, onde se tornam impossíveis ou, pelo menos, difíceis os projectos com tecnologia intensiva. Urge aqui sobretudo criar infra-estruturas adequadas, promover a formação de recursos humanos necessários e actuar uma política de atracção de investimentos industriais, política que exige e pressupõe uma capacidade para assumir responsabilidades e riscos. O instrumento criado em ordem ao desenvolvimento industrial das regiões do interior consiste em O Sistema de Incentivos de Base Regional.

Mas esta industrialização e pós-industrialização tem também os seus efeitos perversos. Favorecerá aqueles que são capazes de vencer na competição. Todos os outros estão ameaçados de ruína. Nesta luta pela competitividade, poder-se-á assistir à entrada em falência de muitas empresas, com consequências graves no domínio do emprego. A importância das pequenas e médias empresas na estrutura industrial portuguesa levou a política governamental a cometer ao IAPMEI a tarefa de apoiar económica e socialmente este importante segmento empresarial. O agravamento dos conflitos sociais, o aumento da insegurança de pessoas e bens, principalmente nos grandes centros urbanos,

poderão ser fenómenos concomitantes, se o desenvolvimento não se operar com equilíbrio e de forma global. Poderão ainda ocorrer efeitos perversos nos padrões tradicionais de comportamento, com alcance em diversos domínios.

Utilizando outra linguagem e atendendo a aspectos diferentes da realidade, pode afirmar-se que se está a passar da sociedade da privação à sociedade da abundância e da pós-escassez, ou, se se prefere, à sociedade do consumo generalizado. A felicidade define-se aqui pelo nível de consumo. Mas porque o homem possui cada vez mais bens e vive em crescente conforto, não suporta as carências de ser e, por isso, confronta-se com problemas psicológicos insolúveis que conduzem a juventude, em algumas regiões, ao suicídio, aqueles que desejam fugir à dor, à eutanásia e os que caíram na permissividade ao aborto, a outros padrões familiares e a formas marginais de actividade e de vida.

Está em vias de se operar, além disso, a passagem da sociedade moderna à sociedade pós-moderna. Nesta tipologia, utiliza-se uma linguagem mais adequada à análise dos processos culturais. Pondo em causa a racionalidade em que se funda a modernidade, fala-se hoje de uma ciência pós-moderna. Com este conceito, quer-se chamar a atenção para a necessidade de uma nova prática da ciência que ponha em acção outros meios de apreensão da realidade e que denuncie a irracionalidade que a Filosofia das Luzes pretendeu ignorar. Buscando uma nova forma de racionalidade que assuma a irracionalidade antes denegada, esta nova ciência corre o risco de adoptar expressões de ideologia.

É corrente ainda ouvir-se falar de cultura pós-moderna e assim, por exemplo, de arte pós-moderna, de arquitectura pós-moderna, de pintura pós-moderna. Trata-se de outras expressões culturais, novas formas de traduzir o imaginário colectivo numa sociedade que alterou as coordenadas da existência humana.

O homem sente e pensa, na verdade, de acordo com as condições em que se desenrola a sua própria vida. A alteração dessas condições provoca mudanças mais ou menos profundas nas mentalidades, assim como a mudança destas origina transformações naquelas. Estas alterações recíprocas tendem hoje a desenvolver-se sob a forma de espiral. Se alguma característica domina hoje a sociedade, essa é a mudança em todos os domínios.

Ao carácter de aventura ambígua e ambivalente do desenvolvimento corresponde a concepção do homem como projecto. O importante consiste em discernir, em cada momento, o conteúdo e a direcção desse projecto e transformar o desenvolvimento, de aventura ambígua, em meio posto ao serviço da realização do homem. Tais são, simultaneamente, o objectivo e a tarefa que se põem actualmente à sociedade portuguesa.

Destacámos, ao longo desta nossa demonstração, a mudança como característica fundamental da actual sociedade portuguesa. Ela permite-nos compreender todas as transformações em curso. A sociedade tende, na verdade, a constituir-se em sistema mais ou menos integrado e mais ou menos coerente. A alteração num domínio ou num sector acarreta consigo a necessidade de reajustamento nos demais domínios e sectores. A mudança de um factor implica a mudança dos outros factores. A procura do equilíbrio e da coerência na sociedade global faz com que as alterações ocorridas na economia, na ciência e na tecnologia, sectores que estão a ser alvo da atenção particular por parte das instituições governamentais e universitárias, sejam acompanhadas de correspondentes mudanças na vida social, na cultura, no sistema político, nos valores e nas normas éticas. A própria religião tenderá a ser também atingida. A alteração das condições de vida, a mudança na forma de estar na existência, levarão o homem a redefinir a sua visão do mundo e a sua própria relação com Deus. Estas parecem ser, na verdade, as mudanças mais profundas que estão em vias de se operar na sociedade portuguesa, do mesmo modo que as suas características mais salientes.

António Teixeira Fernandes

Maria e a Igreja Peregrina

Como todas as afirmações dogmáticas, também esta, Maria e a Igreja peregrina, pode dar azo a muitos sentidos e convém, logo à partida, definir, o sentido desta expressão.

Se dermos à expressão Igreja peregrina, o sentido de povo de Deus em marcha no meio do mundo, de acordo com a *Lumen Gentium* e a *Gaudium et Spes*, que queremos dizer, quando relacionamos esta Igreja com Maria e Maria com esta Igreja?

Queremos projectar esta imagem da Igreja em Maria, ou queremos projectar esta imagem de Maria na Igreja?

A questão é importante porque em Maria tanto os católicos como os protestantes e os ortodoxos, viram sempre mais que o centro dum determinado discurso teológico, uma imagem da graça. Não é por acaso que após o Concílio de Trento, o povo simples classificou os protestantes de anti-marianos do lado católico; e classificou os católicos de marianistas do lado protestante¹.

Maria, mais que um ponto doutrinal, tem desempenhado no conjunto da Dogmática uma função simbólica, na exacta medida em que concentra ao longo da história da Igreja, melhor que nenhuma outra instância, a totalidade da significação num fragmento de núcleo dogmático.

A Igreja peregrina que sempre criou as suas imagens de Maria, que deve conservar deste seu velho arquétipo, de que nunca se libertou, que nunca se libertou, que nunca esgotou e de que às vezes chega a abusar?

¹ Cf. P. STRAETER, *Katholische Marienkunde*, III, Paderborn 1951, 350. Trata-se duma boa documentação sobre esta querela e sua expressão marial.